A IMPORTÂNCIA DO ENSINO DE LIBRAS NA EDUCAÇÃO BÁSICA BRASILEIRA

FERNANDA DE LIMA MARQUES

RESUMO:

Dentre os muitos assuntos discutidos acerca da inclusão escolar, encontra-se a questão da educação dos surdos que, por ser realizada em uma outra língua, a Libras, oferece uma gama de dificuldades que nem sempre o professor está preparado para lidar. Nesse sentido, o presente estudo direciona seu olhar para à questão da metodologia do ensino da LIBRAS no sistema educacional brasileiro. Nessa perspectiva, foram consultados autores como Santos (2017), Sassaki (1998) Barbosa (2017) Saviani (2010), dentre outros, a fim de compreender a real importância desta inserção para uma melhor inclusão do indivíduo surdo na sociedade. Para este fim, foi realizada uma pesquisa bibliográfica exploratória que fez uma breve análise histórica da educação de surdos no Brasil, bem como uma concisa reflexão acerca da formação do profissional de Libras, para ao fim verificar os benefícios que podem ser trazidos ao se ensinar LIBRAS para alunos ouvintes.

PALAVRAS-CHAVE: Educação Inclusiva; LIBRAS; Formação Continuada

1. INTRODUÇÃO

Nos últimos anos, uma maior atenção tem sido dada para a questão da inclusão associada à educação, criando a terminologia conhecida hoje como Educação Inclusiva, amplamente difundida e debatida, mas nem sempre compreendida em sua real dimensão.

Em meados da década de 1970, passou-se a integrar alunos com deficiência em escolas regulares, contudo, somente alguns eram atendidos, aqueles cujas necessidades se encaixavam perfeitamente com o que era oferecido pela escola. Assim, os que não conseguiam se adaptar, continuavam em sua condição de exclusão. Fato este que veio a se modificar a partir da década de 1980, quando a questão da inclusão ganha novas perspectivas (MRECH, 1998).

Surge então uma nova proposta que prometia uma reestruturação do sistema de Ensino a fim de receber todos os tipos de alunos, independentemente das características que apresentavam. A diversidade passou a ser respeitada, legislações foram criadas, congressos realizados, tudo para garantir o direito à educação para todos. Nesse cenário, surge a criação da Língua Brasileira de Sinais (Libras), oficializada por lei no ano de 2002 (LIMA, 2006).

Com o surgimento da Libras e a sua obrigatoriedade no atendimento de pessoas surdas no ensino regular, surgiu uma crescente necessidade por profissionais especializados que pudessem promover a ponte entre a escola e o aluno, pois "a presença de um intérprete é imprescindível no âmbito educacional para que ocorra de fato uma troca de conhecimentos" Araújo et. al. (2015, p. 9).

Os surdos trazem consigo uma condição linguística exclusiva, que pode ser desenvolvida se auxiliada por profissionais capacitados, conduzindo-os ao avanço de sua língua natural, a língua de sinais. Além disso, percebe-se uma maior dificuldade dos surdos para a reflexão abstrata, fato que não impede o seu desenvolvimento cognitivo (SANTOS, 2017, p. 7).

Em 2006 surge o primeiro curso de Licenciatura em Libras (MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO, 2007). Desde então, uma série de cursos de pósgraduação, extensão e, até mesmo, cursos livres, são voltados para capacitação dos profissionais que atuam nesta área.

Vale ressaltar que a educação de surdos em muito tem evoluído ao longo dos anos, principalmente com o advento da tecnologia de informação, que permite a criação cada vez maior de aplicativos que facilitam a comunicação e a aquisição de informação para pessoas com deficiência.

O ensino da Libras é uma conquista que veio com o intuito de mitigar as dificuldades passadas pela população surda. O objetivo maior é facilitar o convívio com os não surdos, promovendo uma maior acessibilidade, conscientizando a sociedade da importância de um ensino bilíngue que faça a surdez não ser encarada apenas como uma deficiência, mas sim ser compreendida como toda uma cultura.

Entretanto muito ainda precisa ser feito para se alcançar um resultado plenamente satisfatório. Um dos obstáculos ainda encontrados é o modo como o ensino de Libras é tratado no Brasil. O que se observa são métodos pautados na tentativa de oralização do surdo, quando na verdade o movimento deveria ser o inverso. As escolas não deveriam propor adequações para que o surdo se encaixe, mas sim estimular situações nas quais a sociedade seja mais receptiva (GESSER, 2009).

Nesse sentido, o presente artigo vem com a premissa de propor uma breve discussão acerca das metodologias do ensino da Libras, tentando responder à seguinte problemática: qual a real importância do ensino

de LIBRAS para uma efetiva inclusão dentro da educação básica brasileira?

Para responder ao questionamento supracitado, optou-se pela realização de uma pesquisa qualitativa, de cunho exploratório e bibliográfico - que conforme Gil (2007, p.24) "envolve verificação bibliográfica e observação de situações que possibilitem o entendimento de determinados fatos" – cujo objetivo maior é salientar a importância do ensino da LIBRAS dentro do contexto escolar da educação básica brasileira.

Partindo desse pressuposto, dividiu-se o estudo em três tópicos principais: o primeiro, buscou fazer uma breve análise histórica acerca da educação dos surdos no Brasil, a fim de melhor compreender sua evolução, o segundo procurou ater-se à questão da formação do professor de Libras, baseado em alguns dados obtidos acerca desses profissionais, salientando a importância de se manter uma formação continuada para além da formação inicial. E o terceiro, e último, frisando a importância de se ter a disciplina de Libras inserida no currículo escolar da Educação Básica, bem como a manutenção de métodos que possibilitem a efetiva aplicação desse tipo de ensino.

A educação inclusiva é uma grande vitória, contudo, ainda há uma necessidade imensa de conteúdos que versem sobre essa temática, pois, apesar de ela constar em vários regulamentos e leis educacionais, a realidade está ainda muito aquém do que deveria ser.

Portanto, este material servirá de subsídio para que profissionais da área possam consultá-lo e utilizá-lo como ponto de partida para a reflexão de suas práticas dentro da sala de aula, porquanto só assim para se conseguir uma adequada evolução de variados métodos que, de fato, possam ser aplicados nas diversas realidades brasileiras.

2. A EDUCAÇÃO DE SURDOS NO BRASIL – BREVE HISTÓRICO.

A Educação Inclusiva é um conceito um tanto recente que passou a ser difundido a partir da década de 1970, mas que ganhou um maior reconhecimento e atenção nas décadas de 80 e 90, período no qual assumiu sua real dimensão, que é acolher a diversidade (MRECH, 1998).

A escola, antes padronizada e engessada, fechada em conceitos tradicionalistas e, muitas vezes, excludentes, passou a ser espaço de acolhimento e socialização para todos, inclusive os que eram excluídos por não conseguirem se adaptar aos padrões impostos (SASSAKI, 1998).

Ambientes escolares inclusivos são fundamentados em uma concepção de identidade e diferenças, em que as relações entre ambas não se ordenam em torno de oposições binárias (normal/especial, branco/negro, masculino/feminino, pobre/rico). Neles não se elege uma identidade como norma privilegiada em relação às demais (ROPOLI, et. al., 2010, p. 9).

Foram estas mudanças gradativas que fizeram surgir várias políticas públicas voltadas ao atendimento às pessoas com deficiência dentro das escolas de ensino regular. No Brasil, a primeira legislação a tratar disso foi o Estatuto da Criança e do Adolescente [ECA], Lei 8069 / 90 (BRASIL, 1990), onde se previa atendimento especializado para portadores de deficiência na rede regular de ensino. Mais adiante, têm-se a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional [LDBEN] (BRASIL, 1996), que não só ratifica o que foi proposto no ECA, mas também inclui o conceito de Educação Especial, transformando-a em uma modalidade de Ensino (BARBOSA, 2007).

Agora o Estado finalmente voltava o olhar para as pessoas com deficiência. Com a comunidade surda não foi diferente. Apesar desta ter iniciado sua história no Brasil muito antes do surgimento de algumas políticas públicas, somente nos dias atuais vem ganhando verdadeiro espaço. Fato este que pode ser verificado não só pela obrigatoriedade da presença de um interprete de Libras na escola, como a participação destes em programas de TV, eventos políticos, sites, blogs, etc.

No Brasil, em 2002, a Língua Brasileira de Sinais foi tornada oficial, mas antes disso a educação de surdos passou por vários percalços para chegar na forma que se apresenta hoje. No princípio, quando se tentou aplicar uma educação voltada para surdos, sempre se tinha em mente o método oral, que visava a inserção do surdo na oralidade dos não-surdos, fato este que não trouxe progresso algum para o desenvolvimento destes (BARBOSA, 2007)

Como não se obteve um resultado satisfatório, inseriu-se a filosofia do Bilinguismo que:

> [...] pressupõe a utilização de duas línguas pelo surdo: a Língua de Sinais ou a LIBRAS (Língua Brasileira de Sinais), como sendo sua primeira língua (L1) e a Língua Portuguesa sua segunda língua (L2). Esta filosofia é composta de uma singular cultura, específica da "comunidade surda" que defende a todo custo sua língua e a Língua Portuguesa, que o aproxima da normalidade e, portanto, fica em segundo plano para os surdos (BARBOSA, 2007, p.42)

Esta filosofia tem uma preocupação real em entender o surdo em sua totalidade, ou seja, reconhecendo sua cultura e seu jeito particular de ser, sem se ater somente à

questão biológica da surdez que, por muitos anos, foi tida como assunto principal no tratamento dado aos surdos (GOLDFELD, 1997).

Foi somente com este novo pensamento que a educação passou a reconhecer o surdo para além da sua deficiência física, como um sujeito capaz de se comunicar e exercer sua cidadania como qualquer outro indivíduo (MOURA, 2000)

Mantoan (2003) afirma que, para que o aluno surdo consiga se sentir de fato inserido no contexto escolar, faz-se necessária a presença de metodologias pedagógicas que realmente possam alcançar este objetivo, não só tendo o aluno como foco, mas também seus familiares e todos aqueles envolvidos em sua educação. Para isso o intérprete de Libras é mais que importante, é essencial, pois ele é a ponte entre o aluno e o conhecimento.

[...]com o apoio do instrutor de LIBRAS o aluno que ainda não a adquiriu poderá aprendê-la e para aqueles que já a dominam, a importância do intérprete será ainda mais eficaz, pois possibilitará ao aluno surdo compreender o conteúdo disciplinar que o professor estiver aplicando ou explicando para toda a classe (BARBOSA, 2007, p. 45)

Em 2005, a Lei nº 5.626 instituiu o uso obrigatório da Libras em unidades escolares do ensino regular, além de incluí-la como disciplina em cursos de licenciaturas atrelados ao ensino pedagógico, com o objetivo de capacitar os futuros profissionais da Educação acerca deste tema de modo que estes pudessem atuar de modo mais efetivo no tratamento direcionado aos surdos.

Contudo, apesar de toda essa proteção legislativa, a realidade é que ainda existem poucos profissionais formados na área e os que se habilitam, tem dificuldade de pôr em prática diversos ensinamentos adquiridos, uma vez que a escola oferece múltiplas barreiras pelo fato de ainda continuar presa à métodos de ensino que em nada condizem com a realidade do aluno atual.

3. A FORMAÇÃO CONTINUADA COMO FORMA DE ENFRENTAR OS DESAFIOS DO ENSINO EM LIBRAS.

Em 2005, com a obrigatoriedade do ensino em Libras nas escolas regulares, fez crescer a necessidade pelo profissional interprete que dominasse esse tipo de comunicação. De acordo com o último censo do IBGE (2010), o Brasil contava com cerca de 10 milhões de pessoas surdas, número este que deve ter aumentado consideravelmente nos últimos anos.

É notório que a quantidade de profissionais habilitados para trabalhar nesta área não acompanha a real demanda de alunos que deles precisam, mesmo com a regulamentação da profissão de intérprete desde 2010. Sem contar que, com o passar dos anos, os interpretes de LIBRAS tornaram-se necessários não só na sala de aula, mas também em outros setores. Ambientes corporativos, políticos, de entretenimento e informação, todos passaram a se adequar aos novos tempos de inclusão e buscar por estes profissionais que em muito ajudam nesta tarefa.

Além da inclusão escolar, há uma série de outras leis que buscam inserir o surdo na sociedade. [...] Além disso, a transmissão de informações como em campanhas eleitorais, alguns tipos de propagandas e eventos precisam obrigatoriamente ser traduzidas para os surdos. Mas ainda há um imenso campo a ser explorado. Hospitais, prefeituras, delegacias, supermercados, centros de formação de condutores, concursos públicos, são inúmeros os espaços frequentados pelos surdos que requerem a presença de um tradutor. (EXAME, 2016, p.1)

O intérprete de LIBRAS que atua em sala de aula possui a responsabilidade de participar do processo de ensino-aprendizagem que vai muito além de apenas traduzir ou transmitir uma informação, o que requer uma maior capacitação deste profissional.

É verdade que a inclusão na sala de aula está sendo aprendida no dia a dia, com relação à inclusão de educando surdo, mas devemos proporcionar acesso à cultura surda, a LIBRAS, aos elementos que fortalecem a identidade surda, como também uma educação bilíngue. [...]É imprescindível que entendamos que a formação inicial deveria propor condições de um trabalho docente consciente, ou seja, não só de teoria, mas destacar a construção do conhecimento com práticas para que possamos enfrentar os desafios do processo ensino-aprendizagem (MARQUES, 2017, p. 2).

É imprescindível que a formação dos professores, garanta uma base sólida que permita-lhes ter plena consciência da realidade na qual vão trabalhar. Para isso, é preciso que haja um exímio preparo que envolva não só teorias, mas práticas e vivências pedagógicas, a fim de tonar a percepção deste profissional o mais ampla possível. Para que isto ocorra, faz-se necessária, além de estrutura adequada de trabalho, uma constante atualização das práticas aprendidas (SAVIANI, 2010).

Nesse sentido, "A formação continuada constitui-se em um valioso meio para garantir o suporte, a instrumentalização, a pesquisa e o desenvolvimento de conhecimentos para permear a atuação do professor" (FEITOSA; SILVA, 2017, p.2). Ela precisa ser compreendida como um processo constante no qual se busca aperfeiçoar os saberes conforme a vivência com a prática

docente. Seu objetivo maior é garantir que o professor se utilize de métodos que de fato sejam eficazes para uma aprendizagem significativa do aluno, para isso, é necessário estar sempre contextualizado, uma vez que sempre surgem novas metodologias de ensino com o passar do tempo. (NÓVOA, 2002).

A educação de surdos, apesar de todas as manifestações acerca da inclusão, ainda continua sendo um desafio para o sistema de ensino e muito disso se deve à ausência de profissionais realmente capacitados para atuarem na área.

De acordo com o último senso escolar da educação básica, ocorrido em 2018, promovido pelo Instituto Nacional de Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira [INEP], existem cerca de 65.170 estudantes matriculados que apresentam algum grau de surdez. Já o Ensino Superior conta com 7. 542 matrículas (INEP, 2017)

Em contrapartida, no Brasil, existem apenas 5 universidades públicas que oferecem o curso de LIBRAS como principal (INEP, 2017). Nos demais casos, o profissional da educação só tem contato com a Língua por meio de disciplinas inseridas na grade curricular, fato este que tornou-se obrigatório a partir de 2005, com o Decreto Lei nº 5.626, abrangendo os cursos de Pedagogia, Educação Especial, Letras e Fonoaudiologia.

Existe uma grande discrepância entre o número de indivíduos que precisam ser atendidos e a demanda na formação de profissionais que possam atuar nesta modalidade específica da Educação Especial. Além disso, para os professores atuantes, é preciso que haja um verdadeiro investimento para que estes estejam em constante formação, afinal a LIBRAS, como língua que é, também está em constante evolução.

4. LIBRAS COMO DISCIPLINA NA EDUCAÇÃO BÁSICA.

Uma das funções primordiais da linguagem é propiciar a comunicação social. É por meio da linguagem que o ser humano interage, constrói seus valores como indivíduo e articula seu pensamento em um constante processo de aprendizagem (VYGOTSKY, 2001).

Este é um processo comum, inerente a todo ser humano, contudo, para pessoas surdas é algo bem mais complexo, uma vez que elas não têm acesso à linguagem utilizada por todos, como língua materna.

Os processos para ensinar um indivíduo surdo merecem total atenção, uma vez que a aquisição da Língua é fator mais que importante para o desenvolvimento cognitivo de qualquer criança. Por isso, o surgimento da LIBRAS foi uma grande vitória para este público em específico, pois esta acabou por se tornar uma língua materna para aqueles que não conseguiam ter acessa à língua original. Fato este que abriu um leque de possibilidades muito grande (LIMA, 2014).

Entretanto, o que deveria ser uma vitória, acabou por tornar-se como mais um método de exclusão, devido a práticas mal elaboradas que, muitas vezes, são utilizadas dentro da escola. Não raro, principalmente em escolar públicas, é possível perceber que as crianças surdas ainda sofrem com o descaso de um tratamento que não se preocupa em conhecer suas peculiaridades, mas sim tentar adequá-las a determinados padrões (MANTOAN, 2003).

Observa-se, portanto, que a exclusão/separação/distinção vai além da deficiência. Por isso, é necessária uma quebra de paradigmas excludentes e categorizantes, nos quais a inclusão reverbere, em seu sentido amplo, impactando tanto surdos como ouvintes a fim de estabelecer a verdadeira inclusão (MENDONÇA et al., 2017)

Nesse sentido, o maior erro da escola é tentar oralizar o indivíduo surdo, renegando tudo aquilo que está por trás de sua linguagem específica e modo de agir. Com métodos que buscam sempre a repetição exaustiva, na tentativa de fazer o surdo se encaixar em um padrão linguístico que não lhe cabe.

É muito importante observar a dicotomia existente entre surdos e não surdos na tentativa de identificar quais os mecanismos educacionais podem ser utilizados para transformar a convivência entre estes dois grupos em algo corriqueiro e fácil.

É notório que a sociedade, apesar de pregar a inclusão nos mais variados discursos, de fato não a pratica como deveria ser. Sem sombra de dúvida, o melhor caminho para que estes percalços sejam vencidos está na escola e uma proposta que talvez possa surtir um efeito muito benéfico no tratamento dado aos surdos, é a inserção da disciplina de LIBRAS como componente curricular do ensino básico.

> [...]para transformar a sociedade em uma sociedade bilíngue, é primordial que, em conjunto ao ensino da LIBRAS, valorize-se a Cultura Surda de igual modo à Cultura Ouvinte, não valorizando uma em detrimento a outra. Todavia o conhecimento da Cultura Surda tem por objetivo compreender o jeito surdo de ser, conscientizando sobre sua importância (MENDONÇA, 2018, p. 8)

Não basta introduzir o ensino de Libras, mas deve-se criar uma cultura de respeito a esta comunidade, compreendendo toda a dimensão que esta comporta dentro de si. Tornando a dicotomia que existe entre ouvintes e não ouvintes cada vez menos valorizada. Isso tudo não será realizado com a

simples inclusão de profissionais intérpretes em algumas classes regulares.

Hoje, o ensino de LIBRAS já é obrigatório em todos os cursos de licenciatura e fonoaudiologia, contudo, não são todas Instituições que seguem essa recomendação. Ainda assim, este é um passo de suma importância, formar professores aptos para trabalhar esse tipo de linguagem em sala.

A Libras é um caminho dentro da área da surdez. Os professores, agora, estão considerando-a como uma ponte. Uma ferramenta para estabelecer não apenas uma comunicação, mas sim, um elo de vínculo com seus alunos. Para além disso, esse aprendizado está promovendo uma prática reflexiva de pensar a surdez em outros contextos. O docente que aprende língua de sinais não precisa utilizá-la apenas dentro de sala de aula. Eles fazem parte de um contexto social muito maior para exercerem sua cidadania. (MACEDO, 2012, p. 1)

Essa ponte que ocorre entre professor e aluno também poderia ocorrer entre alunos ouvintes e não ouvintes, caso, do mesmo modo como foi feito no Ensino Superior, a disciplina LIBRAS fosse ministrada para as classes escolares da educação básica.

Pensemos, por exemplo, nos benefícios da aprendizagem de uma língua de sinais por um ouvinte. Quando uma criança não surda aprende essa língua, descobre ou multiplica seus poderes de comunicação gestual e simbólica. Aprende como é possível se comunicar com seus colegas surdos, constrói procedimentos alternativos aos processos de comunicação e interação humana. Descobre que língua é linguagem, forma de transmitir e processar informações. Ao compreender o valor comunicativo dos gestos e suas correspondências com aquilo que comunicam, pode sentirse surpreendida (MACEDO, 2012, p. 2)

Inserir um contato com a LIBRAS para alunos ouvintes pode atraí-los cada vez mais para esse universo, atiçando uma curiosidade inerente às crianças, proporcionando, assim, uma busca por mais conhecimento acerca do assunto e tornando a convivência entre ouvintes e não ouvintes cada vez melhor.

A realidade de hoje em nada tem a ver com o proposto. O que se observa são professores intérpretes fazendo uma ponte entre o professor que leciona a matéria e o aluno surdo, situação está carregada de ruídos comunicacionais. Nem sempre o diálogo adequado é mantido uma vez que os dois agentes primordiais do processo não conseguem se compreender.

A presença de interpretes em sala nada mais é que a tentativa de mitigar um problema maior que poderia possuir uma solução mais adequada. Em vez de pôr um único interprete em uma turma, porque não ensinar a todos um novo método de se comunicar?

Graças a isso, quem sabe, os alunos ouvintes podem se tornar mais inteligentes e participativos, encontrando na limitação do outro, sua própria limitação e, o que mais significativo, a possibilidade de se construir modos de sua superação. Aprimoram, assim, sua socialização, aprendem a pensar e a agir na perspectiva de seus colegas surdos, descentram-se de seus pontos de vista, descobrem novas possibilidades. Tornam-se melhores. E aquilo que poderia parecer uma dificuldade, entrave ou perda de tempo, afinal é mais complicada a relação entre surdos e não surdos, apresenta-se como abertura, descoberta de que é possível criar sintonias e formas criativas de interagir com as pessoas, apesar de suas diferenças quanto aos recursos de comunicação. (MACEDO, 2012, p. 2)

Inserir a disciplina de LIBRAS no currículo escolar da educação básica só tem a contribuir para o desenvolvimento de uma sociedade mais igualitária, capaz de respeitar as diferenças e vencer os obstáculos de adaptação.

É na escola que tudo se inicia. Os primeiros passos já foram dados. O Brasil é pioneiro quando o assunto é pessoa com deficiência. A legislação é protetiva e garante uma série de direitos para este público. Entretanto, ainda é preciso imbuir no seio da sociedade, uma maior conscientização.

Nas últimas décadas as discussões acerca da Educação Inclusiva vêm ocorrendo de forma mais contundente, trazendo mudanças que aos poucos tentam transformar o sistema educacional vigente. Isso é uma tendência mundial que também tem recebido muita impulsão aqui no Brasil.

Observou-se que vários teóricos abordam a questão da inclusão sempre frisando o quanto é preciso ter um conhecimento do que de fato ela significa, para só então colocá-la em prática. Esse posicionamento faz-se essencial para que a Educação Especial alcance sua verdadeira dimensão que é abraçar por completo a diversidade, ensinando o respeito como arma maior contra o preconceito.

Entretanto, na análise de dados do INEP, no que tange o atendimento às pessoas surdas ou com algum nível de surdez, a situação ainda é precária. Percebeu-se uma discrepância entre a quantidade de alunos matriculados e a quantidade de cursos de Libras ofertados em Universidades públicas, o que demonstra claramente que a formação dos profissionais para atuar nessa área não acompanha a crescente demanda de alunos.

Outro aspecto interessante a ser observado na análise dos dados do INEP é que

estes não pormenorizam a quantidade de professores de LIBRAS atuando em sala de aula. Na verdade, essa informação não fica muito clara nos relatórios consultados, impedindo que se fale com exatidão o quão defasado o sistema está com relação a esses profissionais.

A ineficiência no sistema só é possível ser mensurada pelos vários relatos de diversos autores que, por já possuírem prática de sala de aula, sabem como funciona o atendimento para os alunos surdos e transmitem essa experiência para os leitores de seus trabalhos.

Com relação à formação continuada, percebe-se que ela é tão importante quanto a formação inicial, principalmente em tempos onde a informação trafega em velocidades nunca antes vistas. A troca de conhecimento se faz de maneira muito mais rápida, o que possibilita uma constante mudança nas metodologias de ensino.

Tudo para o professor de LIBRAS é um pouco mais complicado, pois a ele incumbe trabalhar uma educação bilíngue onde, quase sempre, seu alunado ainda não conhece todos os pormenores do idioma principal. É no contato com o aluno, no seu cotidiano escolar, que o professor de LIBRAS vai conseguir detectar qual o melhor método se adequa, ou em que precisa melhorar para alcançar este aluno.

É uma verdadeira empreitada, ainda mais em uma realidade escolar como a da escola pública brasileira, na qual as classes escolares são lotadas, uma boa parte das escolas não apresentam a estrutura adequadas, e os profissionais da educação trabalham à exaustão, para tentar burlar um sistema cuja engrenagem roda no mesmo sentido há anos.

É preciso uma reforma estrutural. Não basta o professor ter consciência que precisa estar em constante formação, ele precisa ter como conseguir essa formação e um ambiente de trabalho que possibilite a execução do que foi aprendido. É uma luta diária, mas com certeza os primeiros passos já foram dados.

5. CONCLUSÃO

Este trabalho fez uma breve investigação acerca da Educação Especial direcionada para as pessoas surdas, frisando a formação dos profissionais de LIBRAS que atuam diretamente com este público.

Nessa acepção, buscou refazer o caminho da educação dos surdos no Brasil, por meio de uma sucinta análise histórica, na qual se percebeu o quão importante foi a luta das pessoas surdas, ao longo do tempo, para serem aceitas e tratadas como indivíduos comuns, aptos a exercer sua cidadania

Também fez uma busca acerca da situação da formação do professor de LIBRAS, dando uma especial atenção aos dados obtidos pelo INEP que comprovam a real defasagem desses profissionais no mercado.

Percebeu-se, ainda, o quanto a formação inicial, juntamente com formação continuada formam a base para uma educação em LIBRAS realmente eficaz, contudo, mesmo que isso um dia se efetive, é preciso que as escolas tenham estrutura para pôr em prática toda a metodologia que possa ser aprendida pelo professor em seu processo de formação.

REFERÊNCIAS

ARAUJO, D. M. S.; SILVA. M. C.; SOUSA. W. P. A. A influência da LIBRAS no processo educacional de estudantes surdos em escola regular. Portal dos Surdos, 2015. Disponível em: http://files.portaldossurdos.webnode.pt/200002513-

4d0d14e084/a%20influncia%20da%20libras%20no%20processo%20educacional %20de%20estudantes%20surdos%20em%20escola%20regular.pdf. Acesso em 10 de dezembro de 2023.

BARBOSA, Meire Aparecida. A Inclusão Do Surdo No Ensino Regular: A Legislação. Monografia. Universidade Estadual Paulista. São Paulo, 2007. Disponível em: <

http://www.educadores.diaadia.pr.gov.br/arquivos/File/artigos_edespecial/surdo_si stemaregular.pdf>. Acessado em 10 de abr. 2019

BRASIL. Lei Federal Lei 8069/90. Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA).

Brasília, 1990. Disponível em: <http:/portal.mec.gov.Br/Seeesp- Portal Seesp>. Acesso em 10 de dezembro de 2023.

_____. Lei Federal nº 10.436 no dia 24 de abril de 2002. Dispões sobre a Língua Brasileira de Sinais – Libras e dá outras providências. Brasília, 2002.

Disponível em:< http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/2002/L10436.htm>. Acesso em 10 de dezembro de 2023.

EXAME. Intérprete de Libras: um Mercado em Expansão. 2016. Disponível em: < https://exame.abril.com.br/negocios/dino/interprete-de-libras-um-mercado-emexpansao-dino89089438131/>. Acesso em 05 de dezembro de 2023.

FEITOSA, Claudinéia. SILVA, Kelly Suemia Dutra. A Formação Continuada Em

Libras Para Professores Da Educação Básica: A Experiência Da Secretaria

Municipal De Educação De Jataí-Go. Anais. V Seminário da Pós-Graduação em

Educação para Ciências e Matemática Reformas Educacionais: Pontos e

Contrapontos. GO, 2017. Disponível em: < http://webcache.googleusercontent.com/search?q=cache:BnhCkOLiuNQJ:w2.ifg.e du.br/jatai/semlic/seer/index.php/anais/article/download/552/263+&cd=1&hl=ptBR&ct=clnk&gl=br>. Acesso em 10 de dezembro de 2023.

FONSECA, J. J. S. Metodologia da pesquisa científica. Fortaleza: UEC, 2002.

GESSER, Audrei. LIBRAS? Que língua é essa?. São Paulo: Parábola Editorial, 2009

GIL, A. C. Como elaborar projetos de pesquisa. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2007

GOLFELD, M. A criança surda: linguagem e cognição numa perspectiva sócio-interacionista. São Paulo: Plexus, 1997.

Instituto Nacional de Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira [INEP]. Censo da Educação Superior 2017. Brasília, 2017. Disponível em:< http://inep.gov.br/web/guest/sinopses-estatisticas-da-educacao-superior>. Acesso em 05 de dezembro de 2023.

INEP. Censo da Educação Básica 2018. Brasília, 2018. Disponível em:< http://inep.gov.br/censo-escolar. Acesso em 05 de dezembro de 2023.

LIMA, P. A. Educação Inclusiva e Igualdade Social. São Paulo: Avercamp, 2006.

LIMA, Marisa Dias. Adequação do ensino do português como L2 nas crianças surdas: um desafio a superar/enfrentar. 2014. Universidade de Brasília, Brasília. Disponível em: Acesso em 10 de dezembro de 2023.

MANTOAN, Maria Teresa Égler. Inclusão Escolar: O que é? Por quê? Como fazer? São Paulo: Moderna, 2003.

MACEDO, Lino de. Benefícios da aprendizagem da língua de sinais para todos.

Rev. Diversa: Educação Inclusiva na prática. 2012. Disponível em: https://www.diversa.org.br/artigos/beneficios-da-aprendizagem-da-lingua-desinais-para-todos/. Acesso em 05 de dezembro de 2023.

MENDONÇA et al. A Importância Da Libras Como Componente Curricular Na Educação Básica. Revistas Icesps. 2018. Disponível em: < http://webcache.googleusercontent.com/search?q=cache:94a6uw8DJ64J:revistas.

icesp.br/index.php/SaberesPratica/article/download/342/238+&cd=4&hl=ptBR&ct=clnk&gl=br>. Acesso em 05 de dezembro de 2023.

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO. Secretaria de Educação Especial. Diretrizes

Nacionais para a Educação Especial na Educação Básica. Brasília: 2001.

Disponível em: < http://portal.mec.gov.br/seesp/arquivos/pdf/diretrizes.pdf>. Acesso em 05 de dezembro de 2023.

MOURA, M.C. O surdo: caminhos para uma nova identidade. Rio de Janeiro: Reiventer, 2000.

MRECH, Leny Magalhães. O que é Educação Inclusiva? Revista Integração. Ministério da Educação e Desportos. Brasília, v. 8, n. 20, p. 37-39, 1998

NÓVOA, A. Formação de Professores e Trabalho Pedagógico. Lisboa: Educa, 2002.

ROPOLI, et. al. A Escola Comum Inclusiva. Ministério da Educação. Ceará,

2010. Disponível em:< http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=7 103-fasciculo-1-pdf&category_slug=novembro--2010-pdf&Itemid=30192>. Acesso em 10 de dezembro de 2023.

SANTOS, Rosemary Meneses dos. O Surgimento Da Libras E Sua Importância

Na Comunicação E Educação Dos Surdos. IV Congresso Nacional de Educação – CONEDU. Paraíba, 2017. Disponível e:< https://editorarealize.com.br/revistas/conedu/trabalhos/TRABALHO_EV073_MD1_SA10_ID2368_16102017221540.pdf. Acesso em 10 de dezembro de 2023.

SASSAKI, Romeu Kazumi. Entrevista especial à Revista Integração. Revista Integração. Ministério de Educação e Desportos. Brasília: Secretaria de Educação Especial, v. 8, n. 20, p. 09-17, 1998.

SAVIANI, D. XX – formação de professores. In: Livro: Interlocuções Pedagógicas: Entrevista. Entrevista ao Jornal das Ciências – USP de Ribeirão Preto em 2004. Editora Autores Associados, 2010.

RESUMO